



MATERIAL DE APOIO METODOLÓGICO E APROFUNDAMENTO TEMÁTICO

VI CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTOJUVENIL
PELO MEIO AMBIENTE (VI CNIJMA)



Com **Educação** e
Justiça Climática





© 2024. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI – Ministério da Educação

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI
Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena - DIPECEI
Coordenação-Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade - CGAMS

Esplanada dos Ministérios, Bloco LCEP 70097-900 – Brasília-DF
Tel.: (61) 2022-9096
Portal: www.mec.gov.br
Site VI CNIJMA <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma>
E-mail: cgams@mec.gov.br

Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima

Secretaria Executiva (SECEX) Diretoria de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios, Bloco BCEP 70068-900 – Brasília-DF
Tel.: (61) 2028-1207
Portal: www.mma.gov.br

Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (SEDES) Diretoria de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação Científica

Esplanada dos Ministérios, Bloco - ECEP- 70050-000 - Brasília- DF
Tel.: (61) 2033-7579
Portal: www.gov.br/mcti/pt-br

Secretaria de Estado da Educação - SEDU

Gerência de Currículo da Educação Básica
Subgerência de Educação Ambiental

Avenida Cezar Hilal, 1111 - Santa Lucia, Vitória/ES CEP 29056-085
Tel.: (27) 3636-7600 / 3636-7601
Portal: <https://sedu.es.gov.br/>





Sumário

1- SENSIBILIZAÇÃO	5
1.1 Temática: Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática!	5
1.2 Quem atende a este chamado?	6
1.3 Oportunidade de exercitar o diálogo intergeracional e a democracia participativa	7
1.4 Educação e Justiça Climática na escola	7
2- A CONFERÊNCIA E SEUS MOMENTOS	9
2.1 Pré-conferência	10
2.2 Conferência na escola	10
2.3 Conferências estaduais	11
2.4 Conferência nacional	11
2.5 Pós-conferência	11
3- CONFERÊNCIA NA ESCOLA	11
3.1 Eixos de abordagem	12
3.2 Momentos metodológicos: a chave é Saber-Agir-Comunicar	13
3.3 Saber	14
3.4 Agir	15
3.4.1 Para elaborar um projeto de ação é preciso:	15
3.4.2 A equipe precisa responder às seguintes perguntas:	15
3.4.3 Estruturando o projeto:	15
3.4.4 Quanto tempo vai durar?	16
3.4.5 Como avaliar o projeto?	16
3.5 Comunicar	17
4 PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NA ESCOLA	17
4.1 O dia da Conferência na Escola: apresentar, dialogar e escolher	17
4.2 Sugestão de roteiro para a Conferência na Escola	18
4.2.1 Apresentação do projeto de ação	18
4.2.2 Registrando as ideias	18
4.2.3 Produção de documento a ser entregue às autoridades locais	18
4.2.4 Eleição do delegado ou da delegada e suplente	18
4.2.5 Registro da Conferência na Escola	19
4.2.6 Seleção de integrantes da delegação para a Conferência Estadual	20
5- DEPOIS DA CONFERÊNCIA NA ESCOLA	20
6- REFERÊNCIAS	21
7- ANEXO 1. REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO TEMÁTICO	22
7.1 Ponto de partida: um perfil das turmas de ensino fundamental II	22
7.2 Como abordar a questão climática na perspectiva da educação ambiental	23
7.3 Sobre os conceitos de mudanças climáticas e justiça climática	24





7.3.1 Mudança do Clima	24
7.3.2 Justiça Climática	25
7.4 Sobre os eixos temáticos abordados pela VI CNIJMA.....	26
7.4.1 Territórios Saudáveis	26
7.4.2 Territórios Que Protegem.....	30
7.4.3 Territórios de Paz.....	33
7.5 Referências metodológicas	34





1- SENSIBILIZAÇÃO

1.1 Temática: Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática!

Neste exato momento, quase 3 mil satélites artificiais giram em torno do planeta Terra. Imagine a quantidade de dados e informações gerados por todas as câmeras e sensores instalados em cada um deles. É por meio desses dispositivos que, durante mais de seis décadas, a humanidade observa e acompanha o que acontece neste pequeno planeta azul, que alguns povos chamam carinhosamente por nomes de deusas, como Gaia e Pachamama, a Mãe Terra.

Girando incessantemente lá no alto, essa rede de satélites busca identificar movimentações no Planeta e fora dele. Os dados e as informações de que dispõem dão à comunidade científica a capacidade de realizar um constante exercício divinatório: antecipar eventos extremos, como furacões, erupções vulcânicas, terremotos e tsunamis, além de uma percepção cada vez mais clara dos efeitos das ações humanas ao redor do mundo. Desde que os satélites entraram em órbita tornou-se possível, por exemplo, acompanhar a crescente quantidade de gases acumulados na atmosfera, o aumento da urbanização, o desaparecimento de alguns mares, o desmatamento e as queimadas nas florestas tropicais, o derretimento do gelo nas calotas polares, a desertificação e a perda dos solos próprios para a agricultura, entre tantas outras constatações dos impactos produzidos pelo modo de vida dominante em nossas sociedades.

Com os dados obtidos constatou-se também que 2023 foi o ano com as maiores temperaturas em mais de 125 mil anos¹! E a série histórica mostra que isso tem crescido ano após ano desde o início deste século. Juntando essa informação com os dados sobre as demais condições do planeta, a conclusão da ciência é de que entramos em estado de 'emergência climática', um período que pode colocar a vida em risco de extinção. Os sistemas de monitoramento do clima apontam que as interferências humanas sobre o ambiente acontecem em larga escala e estão vertiginosamente rápidas.

Observando com mais atenção, dá para perceber que, embora as mudanças do clima ameacem a vida no planeta inteiro, os países menos industrializados, que pouco contribuíram para os problemas detectados, são aqueles menos preparados para enfrentar suas consequências devastadoras. Da mesma forma, algumas populações estão mais sujeitas aos efeitos e impactos adversos diretos. Coincidentemente – ou não – os mais afetados são aqueles grupos sociais mais privados de direitos ao longo da História, como afrodescendentes, indígenas, outros tipos de populações tradicionais, pessoas com algum tipo de deficiência, entre outros. Dentre estes, as crianças e os adolescentes, em especial os socioeconomicamente mais vulnerabilizados, tornam-se mais sujeitos aos riscos. Trata-se de uma injustiça, pois mal chegaram à Terra e precisam lidar com uma herança que não contribuíram para criar.

Garantir que todos tenham direito de bem viver e se proteger dos riscos constitui gesto de justiça climática. Guarde bem esta expressão – justiça climática. Este tema é, ao mesmo

¹ Segundo informação do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, da União Europeia, divulgada em 08/11/2023 em diversos portais de notícias, dentre os quais o G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/11/08/2023-deve-ser-o-ano-mais-quente-dos-ultimos-125-mil-anos-dizem-cientistas.ghtml>>. Acesso em 16 Fev. 2023.





tempo, um convite e um chamado para que possamos nos conectar e enfrentar os desafios de formar novas lideranças para os tempos atuais. Porque, afinal, com Educação Ambiental e justiça climática vamos contribuir para a construção de territórios saudáveis, que além de protegerem a vida e disseminarem a paz, não deixam ninguém para trás!



Vídeo de Sensibilização :

<https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2024/11/conferencia-nacional-infantojuvenil-para-o-meio-ambiente.mp4>

1.2 Quem atende a este chamado?

No Brasil, o Governo Federal está comprometido com o enfrentamento da mudança do clima. Por isso, o Ministério da Educação (**MEC**), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (**MMA**) e com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**), **convidam as escolas a participarem da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA ‘Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática’.**

A VI CNIJMA é uma ação que contribui para implementar diversas políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental e ao meio ambiente². É também uma oportunidade de colocar em prática documentos de referência para a Educação Ambiental³. Contribui ainda para atender ao compromisso brasileiro com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem implementados até 2030, em especial os ODS 4 (Educação de Qualidade), 6 (Água Potável e Saneamento) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Este chamado pretende também envolver as escolas brasileiras na Conferência das Partes (COP30), evento mundial que em 2025 ocorrerá aqui no Brasil para discutir as mudanças

² Dentre estas políticas públicas, vale destacar a Lei nº 9.795/1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, e a Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

³ Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CP nº 02/2012, a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.





climáticas. O objetivo é amplificar para o planeta inteiro as vozes e as ações das infâncias e das juventudes brasileiras com suas propostas para enfrentar este fenômeno que compromete a vida das atuais e futuras gerações.

Longa trajetória

A primeira edição da CNIJMA aconteceu em 2003, no âmbito da I Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), e foi promovida pelo MMA, em parceria com o MEC. A partir da 2ª edição, o MEC assumiu o processo, compartilhando sempre a coordenação com o Departamento de Educação Ambiental do MMA. Os processos pedagógicos desenvolvidos nas cinco edições da CNIJMA (2003 a 2018) envolveram mais de 20 milhões de pessoas.

Entre seus participantes estão crianças e adolescentes de 11 a 14 anos (delegado/as); jovens de 16 a 29 anos (mobilizadores/as e facilitadores/as); professores/as e demais integrantes das comunidades escolares (acompanhantes); gestores/as da educação e do meio ambiente (organizadores/as em níveis estadual e nacional).

Em âmbito internacional, o governo brasileiro, por meio do MEC e MMA, também realizou a Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - Vamos Cuidar do Planeta, em 2010, reunindo os sistemas de ensino de mais de 60 países em torno dos temas ambientais, em uma grande experiência de democracia participativa e cultura de paz.

1.3 Oportunidade de exercitar o diálogo intergeracional e a democracia participativa

Com esse histórico, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício da democracia participativa e do diálogo entre gerações. A Conferência favorece a escuta ativa de crianças e jovens, por meio de projetos de ação, observando os seguintes princípios:

**JOVEM ESCOLHE JOVEM; JOVEM EDUCA JOVEM;
UMA GERAÇÃO APRENDE COM A OUTRA COM EQUIDADE,
INCLUSÃO E DIVERSIDADE**

A VI CNIJMA representa uma grande oportunidade de a educação assumir sua responsabilidade no enfrentamento dessa grave questão política, científica e ética. E isso precisa ser feito em diálogo com as comunidades escolares, mas também com as pessoas que ocupam cargos públicos em todos os níveis federativos do país. Os números expressivos alcançados em conferências anteriores, como a mobilização de **20 milhões de pessoas**, indicam a amplitude e corroboram a importância histórica dessa estratégia pedagógica.

O principal **objetivo é (re)conhecer situações de injustiça climática e engajar crianças, adolescentes e jovens na transformação de suas comunidades escolares e de seus territórios** para fazer frente aos desafios que vêm por aí. Nessa jornada, as jovens gerações não estarão sozinhas. Afinal, esta é uma questão de todos e deve ser enfrentada pelos municípios, estados, Distrito Federal e governo federal com a participação das escolas.

1.4 Educação e Justiça Climática na escola

As mudanças climáticas são uma realidade global e suas consequências impactam a população de forma desigual. E é por isso que precisamos falar sobre esse tema. **Mas o que é justiça climática?**





Justiça climática é um termo que tem sido utilizado pelos movimentos socioambientais em busca de uma divisão mais justa tanto de investimentos, quanto de responsabilidades, no enfrentamento da crise climática. Por entender que pessoas e países mais vulneráveis tendem a sofrer mais os impactos das mudanças climáticas do que pessoas e países ricos, ganha força o chamado global para a responsabilização de diferentes atores sociais. Afinal, o meio ambiente saudável é um direito humano. "A justiça climática não é apenas ambiental, é também social. É a justiça das comunidades periféricas e das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Não existe justiça climática enquanto não tivermos as outras justças." Jahzara Ona, jovem ativista socioambiental

Fonte: Futuro ancestral na escola: reflexões e dicas para trabalhar justiça climática e racismo ambiental com turmas da educação infantil ao ensino médio Porvir | Futuro ancestral na escola (mailchi.mp). Acesso em 02/03/2024
Fonte: <https://mailchi.mp/porvir/futuro-ancestral-na-escola>

Alguém pode se perguntar: por que tratar de um tema tão complexo na escola? Não seria melhor poupar crianças e adolescentes desse tipo de preocupação?

Existem até diversos estudos indicando um novo distúrbio comportamental, que atinge principalmente o público infantojuvenil – a ansiedade climática. Segundo artigo publicado na plataforma de notícias da Escola de Medicina de Harvard, a ansiedade climática é um misto de preocupação e medo sobre as incertezas com as condições do planeta em breve. Esse distúrbio pode afetar principalmente os mais jovens e provoca alterações no humor, bem como na capacidade cognitiva de crianças e adolescentes.

Para saber mais, o artigo “**Ansiedade climática: quais são os sinais de que uma pessoa está sofrendo com o problema**”, publicado pela **National Geographic** em 21/12/2023, está disponível em:

< <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2023/12/ansiedade-climatica-quais-sao-os-sinais-de-que-uma-pessoa-esta-sofrendo-com-o-problema>.> Acesso em 12.02.2024.

Em defesa do tratamento deste tema nas escolas é possível dizer: conhecer é o primeiro passo para prevenir!

Nesse contexto, a educação, em especial a Educação Ambiental, torna-se fundamental para aprofundar a compreensão das causas e dos impactos da mudança do clima sobre a rede da vida⁴. Será necessário que, desde muito cedo, crianças e adolescentes sejam ouvidos com uma escuta sensível. E que, em busca de respostas para seus temores, sejam encorajados a construir coletivamente práticas para a prevenção de riscos, a adaptação a novas realidades e a aquisição de resiliência diante das consequências das mudanças climáticas. A aventura do conhecimento da ciência é aliada da criatividade para a ação. A participação com a comunidade empodera crianças e adolescentes a opinar, fazer melhores escolhas e se unir para fazer juntos de forma transformadora.

A abrangência temática das mudanças climáticas é enorme. O mesmo ocorre com a justiça climática. Diversas áreas se entrelaçam ao abordar estas temáticas. Se por um lado, isso dificulta a decisão de como o tema pode ser abordado na escola, por outro pode ser uma

⁴ Conheça as Diretrizes de Educação Ambiental Climática em:
<<https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/diretrizes-de-educacao-ambiental-climatica/>>.
Acesso em 08 Mai. 2024.





oportunidade de ampliar o leque de áreas do conhecimento envolvidas.
Uma dica é partir sempre da **realidade local**:

**O que está causando mais problemas no seu território?
Quais são os grupos sociais mais afetados?
O que é mais urgente e necessário ser realizado para enfrentar as mudanças climáticas?
O que fazer para reduzir a vulnerabilidade de pessoas e comunidades?
Podemos engajar mais pessoas para ajudar?**

Todas as pessoas têm o direito de aprender ao longo da vida para se preparar e se proteger. Para viver e conviver em um novo regime climático temos muito a aprender! E não dá para iniciar uma conversa sobre justiça climática sem tocar em alguns termos-chave, por exemplo, o significado de **risco climático, emergências, desastres, racismo ambiental, vulnerabilidade, redução da biodiversidade, sistemas alimentares saudáveis, resiliência, adaptação, mitigação, natureza como fonte de informação, entre tantos outros**.

Para 'entrar no clima', o **Anexo 1 desta publicação** contém uma série de indicações (textos, vídeos, podcasts, portais de internet) com relatos, dados, informações, análises que poderão dar boas pistas de por onde começar o trabalho na escola. Vale também ter à mão um glossário dos termos mais utilizados nessa discussão climática.

A Plataforma Latino-Americana e do Caribe para a Mudança Climática lançou o **Glossário de Justiça Climática** como objetivo de contribuir para ampliar a compreensão sobre o tema. A publicação em formato pdf está disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/glossario-de-justica-climatica/> >. Acesso em 16 Fev. 2024.

A midateca do Cemaden Educação também possui um acervo de livros, vídeos e outros recursos pedagógicos que podem ser úteis no aprofundamento sobre mudanças climáticas e riscos de desastres. Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/?s=diretrizes&post_type=midioteca>. Acesso em 08 Mai. 2024.

2- A CONFERÊNCIA E SEUS MOMENTOS

A VI Conferência é um **processo pedagógico de Educação Ambiental** que se dá num período de vários meses e reúne estudantes, profissionais de educação e comunidades escolares para dialogar e refletir sobre as questões socioambientais. De forma democrática, a comunidade escolar tem a chance de elaborar um projeto de ação com o objetivo de transformar sua realidade e escolher representantes que levam adiante as ideias acordadas entre todos.

Como não se trata de um evento, é preciso pensar e planejar as atividades para o antes, o durante e o depois, pois a Conferência não acaba ao final de sua realização. Desde o seu planejamento à realização de todas as etapas, é necessária ação coletiva, atuação em rede com a construção de parcerias, além de aprofundamento sobre o tema.





A CNIJMA possui as seguintes etapas:

- 1- Pré-conferência,
- 2- Conferência na Escola,
- 3- Conferências Regionais e/ou Municipais (opcionais, o ES não fará),
- 4- Conferência Estadual/Distrital (opcionais, o ES não fará),
- 5- Conferência Nacional,
- 6- Continuidade da implementação dos Projetos nas escolas (Pós-conferência).

2.1 Pré-conferência

Trata-se da organização que ocorre em âmbito nacional com o lema '**Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática**'. Isso envolve elaboração do material pedagógico, articulação e mobilização das diversas pessoas e instituições que participarão desse processo – jovens facilitadores/as, as Secretarias de Educação e a criação das Comissões Organizadoras Estaduais (COE).

Nessa etapa se desenvolve também uma campanha de comunicação para que as escolas possam aderir e participar.

2.2 Conferência na escola

Esta é a etapa mais importante do processo. Ela tem início com o convite às 61.806 escolas brasileiras dos anos finais do ensino fundamental⁵. Cada escola pode se tornar **um** espaço de diálogo, aprendizagem e criação de projetos de ação sobre o tema **Educação Ambiental e Justiça Climática**. Envolver a comunidade no diálogo contribui com o processo de aprender ao longo da vida - uma geração aprende com a outra, e a valorizar o protagonismo infantojuvenil, resultando em um projeto de ação que tenha a força da realidade local. A escola elabora um ou mais projetos de ação. Em seguida, se organiza para o dia da Conferência na Escola, convidando a comunidade para a apresentação dos projetos e a definição de qual irá representar a escola, também se propõe a criação de uma peça de educomunicação para registrar o processo da escola. Com o princípio 'jovem escolhe jovem', se elege um delegado ou delegada e um(a) suplente (entre 11 e 14 anos). Por fim, a escola deve se cadastrar no site e confirmar sua adesão.

Em resumo, a escola precisa seguir os seguintes passos:

- 1º passo:** Elaborar um ou mais projetos de ação;
- 2º passo:** Apresentar os projetos para a comunidade em uma Conferência na Escola;
- 3º passo:** Definir qual será o projeto da escola;
- 4º passo:** Eleger um delegado ou delegada e suplente (entre 11 e 14 anos);
- 5º passo:** Criar uma peça de educomunicação⁶, como um vídeo, um jornal mural ou um podcast, que expresse e traduza o projeto coletivo; e
- 6º passo:** Confirmar sua adesão, cadastrando a escola no *site* da SEDU

⁵ Segundo dados do Censo Escolar 2023, realizado pelo MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e divulgados em março de 2024.

⁶ Educomunicação é a união da comunicação com a educação, de forma a produzir conhecimento utilizando diferentes meios e linguagens da comunicação, em geral de forma colaborativa. Refere-se também à educação para o uso da mídia, principalmente para a leitura crítica dos meios de comunicação de massa.





(<https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/educacaoambiental/>) e no site do MEC/VI CNIJMA <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma/registre-sua-conferencia> .

2.3 Conferências estaduais

Após a realização das Conferências nas Escolas e/ou Conferências Municipais/Regionais, as COE promoverão Conferências Estaduais e, no caso do Distrito Federal, a Conferência Distrital. O objetivo é reunir as delegações das escolas e/ou das Conferências Municipais/Regionais e promover a formação dos participantes (infantojuvenis, jovens facilitadores e profissionais da educação), bem como eleger a delegação e os projetos de ação que representarão o estado na Conferência Nacional.

2.4 Conferência nacional

Na etapa Nacional cria-se um ambiente de participação e de aprendizagem coletiva com as delegações, selecionadas nas Conferências Estaduais e Distrital, jovens facilitadores e profissionais da educação indicados pelas COE. São realizadas oficinas temáticas e produzidos materiais de educação, que tornarão públicos os compromissos e as propostas dos/as participantes.

Nessa etapa são realizadas quatro importantes atividades:

- Encontro formativo preparatório da delegação nas unidades federativas;
- Encontro formativo de jovens facilitadores que atuarão na Conferência;
- Encontro formativo com educadores que compõem as delegações; e
- Atividades e vivências formativas destinadas ao público infantojuvenil.

2.5 Pós-conferência

Depois da etapa Nacional, as delegações participantes voltam aos seus estados e municípios para continuar a execução dos projetos de ação. Realizam também campanhas de mobilização e a continuidade dos processos formativos da comunidade escolar e de todo o seu território para o enfrentamento das emergências e das injustiças climáticas que foram identificadas nas etapas anteriores deste processo pedagógico.

3- CONFERÊNCIA NA ESCOLA

O desafio de cada comunidade escolar, no contexto da Conferência, será:

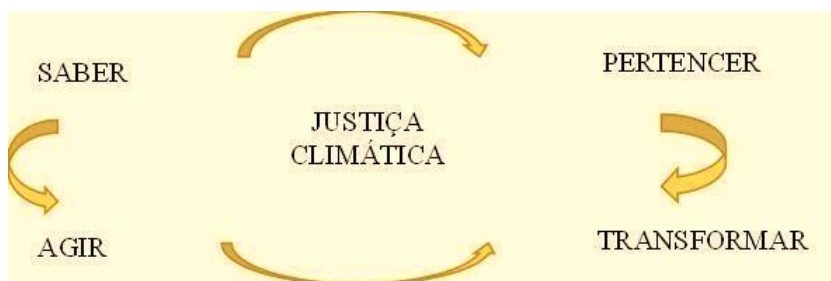
- dialogar de forma participativa sobre os **problemas e potenciais socioambientais** locais;
- reconhecer a **situação da escola e do território** onde ela se situa em relação aos problemas identificados;
- elaborar um **projeto de ação** sobre o tema, considerando a perspectiva da educação e da justiça climática.

Ou seja, a Conferência deve estimular a escola a apoiar processos de transformação de valores, atitudes, hábitos e comportamentos para o cuidado com o ambiente e com as pessoas diante das mudanças do clima – sem excluir ninguém! É preciso combinar ações coletivas que possam realmente transformar as nossas relações com o meio ambiente, tornando o lugar em que convivemos mais seguro, resiliente e inclusivo.





A Conferência na Escola, vista como um processo pedagógico, tem a missão de desenvolver com estudantes e profissionais da educação o desejo de saber e a formação sobre a sua realidade local, **estimulando o senso de pertencimento ao território** que habitam. Afinal, a cidadania é exercida a partir de onde a gente vive. Com base no conhecimento construído, será preciso empoderar a comunidade escolar para **agir e transformar a sua própria realidade**.



3.1 Eixos de abordagem

O foco da Conferência na Escola deve ser escolhido com base nas situações identificadas na realidade decada local e território. A escolha precisa ser algo que afeta não apenas a comunidade escolar, mas também o seu entorno. Para facilitar essa escolha, recomenda-se que as atividades de pesquisa e os projetos de ação se enquadrem em um destes três eixos:

Territórios saudáveis – enfatizam ações voltadas a promover a saúde e o bem-estar das pessoas e dos ecossistemas que elas integram, garantindo inclusão social e equidade no acesso à água potável, saneamento básico, energia limpa e transporte público eficiente, em especial onde existam vulnerabilidades socioambientais. São desejáveis também o incentivo a práticas sustentáveis de produção e consumo, como agricultura orgânica e energia renovável, que contribuem para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Territórios que protegem – focalizam ações voltadas a compreender e prevenir riscos, promovendo a **adaptação** às mudanças do clima e a **mitigação** de seus efeitos, algo que depende de políticas públicas. Tais medidas devem priorizar as populações socioeconomicamente vulnerabilizadas, em especial comunidades indígenas e tradicionais, afrodescentes, pessoas com deficiência, entre outros grupos sociais. Neste eixo também se encaixam as ações relacionadas à transição energética, com os devidos cuidados para que as ações propostas levem em consideração a redução de impactos nas populações mais pobres.

Territórios de paz – promovem ações, comportamentos, atitudes condizentes com uma cultura de inclusão, de respeito à diversidade e de paz. Neste eixo se encaixam as ações que favoreçam a transição social e cultural necessária para o bem-viver das pessoas em sociedade, independente de raça, condição socioeconômica, sexo, gênero, crença religiosa, entre outros fatores que geram iniquidades. Vale considerar as condições em que esta comunidade escolar está instalada, como as pessoas vivem e a infraestrutura de apoio de que dispõem.

Eis alguns exemplos de temas que se enquadram em cada eixo. Lembrando sempre que a escola poderá incluir outros, conforme a investigação de sua própria realidade.





Territórios Saudáveis	Biodiversidade / direito à vida para todos os seres Água em qualidade e quantidade suficientes Regeneração dos solos Ar puro Prevenção de ruídos Segurança alimentar Alimentação saudável Agroecologia Segurança energética Prevenção de doenças (alergias, epidemias etc.) e mentais (ansiedade climática)
Territórios que Protegem	Prevenção de riscos de desastres (considerando aumento da frequência, intensidade e abrangência espacial) Planos e protocolos de prevenção Soluções baseadas nos saberes tradicionais e sua relação com a natureza Infraestruturas sustentáveis e acessíveis para todos Adaptação à vida nas cidades Produção e consumo sustentáveis
Territórios de Paz	Princípios e valores da sustentabilidade Direito à diferença Diálogo entre saberes (científicos e ancestrais) Enfrentamento do racismo ambiental Inclusão (direito a acesso dos mais vulneráveis ao bem viver) Como lidar com o negacionismo climático e a desinformação Tratamento digno para refugiados/imigrantes Um basta à violência

Adaptação à Mudança do Clima: Processo de ajuste aos efeitos do clima atual e esperado. Em sistemas humanos, a adaptação procura moderar ou evitar danos ou explorar oportunidades benéficas. Em alguns sistemas naturais, intervenções humanas podem facilitar o ajuste às mudanças do clima esperadas e seus efeitos.

Mitigação (da Mudança do Clima): Intervenção humana para reduzir as emissões e concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera, reduzindo assim o aquecimento global.

Fonte: IPCC. Glossary – WGII, 2022. Disponível em:

<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_AnnexII.pdf>. Acesso em 08 Mai. 2024.

3.2 Momentos metodológicos: a chave é Saber-Agir-Comunicar

Tendo a Educação Ambiental como orientadora do processo, a Conferência na Escola contempla três momentos metodológicos considerados chaves na transformação da realidade socioambiental local:

Saber - desenvolve a percepção dos problemas e das potenciais soluções por meio da observação local, da pesquisa, da leitura crítica de materiais disponíveis e do questionamento do porquê as situações ocorrem daquela maneira. Também é importante um olhar para quais conhecimentos e práticas sustentáveis de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas já existem.





Agir – a comunidade escolar elabora um projeto de ação, pensando grande (no território/local onde a escola se situa), mas também definindo uma parte das ações que possam ser realizadas pela própria escola, para sanar ou minimizar o problema identificado. É desejável que ações sejam realizadas em parceria com uma ou mais organizações mobilizadas a partir da comunidade escolar.

Comunicar – o processo de pesquisa e produção do projeto de ação é documentado por diversos meios e divulgado amplamente, aproveitando as diferentes plataformas de mídias sociais. O resultado deve ser transformado em um vídeo de até 2 minutos ou outro produto de educomunicação que traduza o projeto de ação, a ser postado no site da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Vale frisar que a educomunicação permeia todo o processo de Conferência na Escola, estende-se às Conferências Estadual e Nacional, abarcando também as ações pós-Conferência. É importante que tudo o que ocorrer na escola e comunidade escolar ganhe o máximo de destaque possível.

3.3 Saber

O ponto de partida do processo investigativo deve ser **‘escutar’ como os/as estudantes se sentem em relação às mudanças do clima e até que ponto compreendem o que significa a justiça climática**. Quais são suas inquietações e angústias?

Para delimitar os problemas existentes no local é possível partir de algumas perguntas:

- O que já está mudando?
- O que ainda vai mudar?
- Quem está sendo mais afetado? E por quê?
- Quais são as causas das situações emergenciais que estamos vivenciando em nosso cotidiano?
- Como podemos enfrentá-las?
- Quem são possíveis aliados para resolver este desafio?

Mais do que escutar, é importante registrar: como eles imaginam as saídas? Quais são os caminhos que devemos seguir? Como promover soluções a partir da imaginação coletiva?

Para melhor conhecer o tema, cada escola pode utilizar pesquisas em livros didáticos, paradidáticos, revistas, internet, bem como em relatos de experiências de outras escolas e universidades. Vale salientar a importância de se fazer a **curadoria da informação**⁷ para que crianças e adolescentes não se tornem presas fáceis da desinformação e das *fake news*. No site da conferência poderão ser encontrados materiais para subsidiar essa fase do processo da Conferência. Metodologias como história oral e cartografia social podem ser recursos valiosos nesse trabalho (**disponíveis no Anexo 1**).

Aqui vale combinar o saber científico com o saber popular. É importante conversar com as pessoas, visitar lugares, observar e comparar. Vale fotografar, desenhar, gravar em áudio e vídeo, realizar jogos e gincanas envolvendo toda a comunidade escolar. Equipes de professores e estudantes podem tanto fazer entrevistas com as pessoas experientes da comunidade local, como também convidar especialistas sobre determinados temas para palestras. Ou ainda realizar visitas guiadas a órgãos públicos, universidades ou organizações da sociedade civil (ONGs, associações, comitês de bacias hidrográficas etc.) que tratem do tema.

⁷ Curadoria da informação consiste na filtragem e na classificação de conteúdos relevantes e provenientes de fontes confiáveis.





IMPORTANTE: Nessa etapa, os/as estudantes desempenham papel central, realizando os roteiros de visitas e entrevistas, registrando os encontros e sintetizando informações. Eles precisam se sentir confiantes para realizar essas atividades. E nesse ponto entra a relevância dos/as profissionais de educação. Ao mesmo tempo em que estimulam a autonomia e a cooperação entre eles, estes atores desempenham papel fundamental como mediadores dos processos e curadores das informações geradas. Afinal, é preciso ficar de olho na procedência dos dados e das informações para utilizar esses momentos como instrumentos de geração de saber científico.

3.4 Agir

Após terem observado a realidade local, com foco na temática da conferência, estudantes e profissionais da educação terão condições de eleger um problema que possa ser enfrentado a partir de um **projeto de ação**. É preciso ter sempre em mente que a escola poderá acionar outros atores, como a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e diversos órgãos públicos, bem como a sociedade civil, em busca de solução para os desafios encontrados.

O mais importante é ficar nítido para a comunidade escolar que ainda dá tempo de agirmos coletivamente para resolver as questões que surgem e que todos ganham quando as pessoas firmam parcerias e se engajam em torno de um objetivo comum.

3.4.1 Para elaborar um projeto de ação é preciso:

- Escolher o principal problema a ser enfrentado;
- Reunir todos os dados e as informações relevantes gerados na fase de pesquisa do tema. Esses materiais vão compor o Marco Zero, ou seja, vão indicar o momento em que a comunidade escolar se encontrava antes de iniciar as ações planejadas. Isso vai servir para depois comparar se houve transformações.

3.4.2 A equipe precisa responder às seguintes perguntas:

- Quais as necessidades e os desejos da comunidade escolar em relação à justiça climática?
- Como os participantes da Conferência poderão assumir responsabilidades em relação a essa ação em curto, médio e longo prazo?
- De que forma ela será realizada?
- Como a execução do projeto vai alterar a realidade local?
- Quanto tempo será necessário?
- Quais os recursos (materiais, de infraestrutura, financeiros) precisam ser disponibilizados para realizar o projeto?
- Quais pessoas e instituições serão necessárias?
- É possível conseguir apoio para isso?
- Quais parcerias podem ser feitas para contribuir com o projeto?

3.4.3 Estruturando o projeto:

- **Qual o nome do projeto?**

É importante que o projeto tenha um nome relacionado ao tema. Sua escolha também pode contar com a participação de todas as pessoas envolvidas.

- **Qual é o seu objetivo?**

É importante que o objetivo seja escrito de forma participativa e com simplicidade para ser compreendido por toda a escola e comunidade, deixando bem claro aonde se quer chegar





com a realização do projeto.

- **Quais serão as atividades?**

Como vamos realizar o projeto? Quais as etapas e as formas de iniciar o trabalho? O grupo precisa escolher atividades para atender aos objetivos propostos. A realização de um projeto requer um conjunto de atividades que, juntas, podem ajudar a responder ao desafio eleito como prioritário. É importante garantir a participação de professores das diversas áreas do conhecimento, pois as questões ambientais relacionadas à justiça climática perpassam o currículo de forma **transversal**.

IMPORTANTE: Para ser **transversal**, o assunto deve integrar diversas áreas convencionais de conhecimento, relacionando-se com questões da atualidade e com orientações para os valores de convivência, cooperação, colaboração e sustentabilidade da vida. Cabe sempre lançar uma provocação para facilitar o processo: quais conteúdos previstos podem ser trabalhados de forma articulada com justiça climática?

3.4.4 Quanto tempo vai durar?

O projeto deve ser elaborado antes da data marcada para a Conferência na Escola, pois ele será apresentado durante a Conferência para toda a comunidade escolar. E para ser colocado em prática é necessário fazer um cronograma das atividades, indicar os responsáveis e os prazos para cada ação. O quadro abaixo ilustra como pode ser o planejamento das atividades.

Problema priorizado (Justificativa)	Potenciais Sociambientais locais (Saberes, presença de comunidades tradicionais, áreas protegidas, biodiversidade)	O que vamos realizar? (Ações a serem desenvolvidas)	Quem/Com quem vamos realizar ? (Responsáveis por essa ação e possíveis parcerias)	Como vamos fazer? (Forma que será feita a ação)	Quando vamos fazer? (Quando deve ser executada a ação)	Recursos necessários (O que é preciso para que a ação aconteça e quanto custará)

3.4.5 Como avaliar o projeto?

As perguntas a seguir auxiliam nessa tarefa e podem ser observadas ao longo do processo ou após o projeto ter sido colocado em prática.

- Qual era a situação antes do projeto?
- Qual a situação depois do projeto?
- Qual o pensamento dos participantes sobre o tema antes do projeto? E depois?
- O que os/as estudantes mais gostaram no projeto?
- O que menos gostaram?
- O que poderia ser melhorado?
- O que foi mais fácil? E o que foi mais difícil?
- Quais conhecimentos foram úteis?
- Quais conteúdos foram incluídos no currículo ?
- Houve colaboração de pessoas da comunidade escolar?
- O que poderia ser mudado?





3.5 Comunicar

Nessa altura do processo pedagógico, a comunidade escolar já recolheu muitos registros sobre a pesquisa do tema e produziu vídeos, fotos, áudios, textos escritos, desenhos, mapas e o que mais imaginou fazer. Que tal transformar esses materiais coletados em peças de **educomunicação**, ou seja, em materiais que reúnam a intenção de, ao mesmo tempo, **educar e comunicar**?

É o momento de fazer ecoar para um público mais amplo a voz de crianças e adolescentes sobre o que é mais relevante para a comunidade e quais são as possíveis saídas para resolver os problemas identificados. Este também é o momento de contar com a grande habilidade de adolescentes e jovens para editar e divulgar essas peças comunicativas em diversas plataformas de mídias sociais.

Esses materiais servirão para divulgar a Conferência na Escola. Podem ser feitas reportagens, enquetes, entrevistas, vídeos, *spots* de rádio, podcasts, a serem veiculados na imprensa local, mas também em *blogs*, redes sociais, murais, cartazes, panfletos, dentre outras possibilidades de se comunicar. Esses materiais poderão mostrar ao Brasil e ao mundo o que as escolas brasileiras estão fazendo em relação às mudanças do clima e à necessidade de garantir justiça climática para todas e todos. Esse acervo de soluções servirá para que a juventude brasileira tenha espaço na COP 30.

Com isso, as comunidades escolares vão presentear o Brasil (e toda a humanidade) com as suas ideias sobre como podemos exercer a justiça climática. Afinal, após esse processo teremos um acervo de propostas e soluções, prontas para serem usadas por quem precisar.

4 PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NA ESCOLA

O momento seguinte é divulgar e realizar a Conferência na Escola, garantindo a participação e o envolvimento do maior número de pessoas da comunidade. Para isso será preciso:

- **Definir dia, hora, local e metodologia** da Conferência;
- Escolher um **facilitador ou facilitadora** para coordenar os trabalhos;
- **Organizar a apresentação do projeto de ação** para receber contribuições da comunidade escolar;
- **Divulgar a conferência**, envolvendo a comunidade escolar na realização das ações planejadas;
- Buscar parcerias com órgãos públicos, empresas e outras organizações da sociedade para a realização da Conferência e execução do projeto.

IMPORTANTE: O **facilitador ou facilitadora** é a pessoa que favorece a troca de ideias entre os/as participantes. Essa pessoa deve ter jeito para organizar os debates, considerar as diferentes opiniões e estimular a compreensão e a participação de todos. Isso se torna possível quando o clima é de cooperação e amizade. Podem ser escolhidas duas ou três pessoas para se revezarem e se auxiliarem na facilitação durante a realização da Conferência na Escola.

4.1 O dia da Conferência na Escola: apresentar, dialogar e escolher

Depois de pesquisar sobre o tema e envolver a comunidade escolar, chegou o dia marcado para a Conferência na Escola. A forma de apresentar o projeto na conferência e escolher quem a representará, fica por conta da própria escola, mas é preciso planejar usando a criatividade. É importante que todos participem.





4.2 Sugestão de roteiro para a Conferência na Escola

Ao iniciar oficialmente a Conferência na escola, apresenta-se o tema da conferência, com alguns "achados" sobre a realidade climática (especialmente as injustiças identificadas) do município/comunidade em que se situa a escola. A escola também pode escolher uma forma de trabalho em divisão de equipes (por turma ou times mistos) para qualificar e aprimorar os projetos de ação.

4.2.1 Apresentação do projeto de ação

Um (a) representante dos estudantes deve fazer essa apresentação informando:

- Qual o problema priorizado?
- Qual a ação escolhida para enfrentá-lo?
- Qual o objetivo dessa ação?
- Quem são os responsáveis e parceiros?
- Onde, quando e como ela acontecerá?
- Que recursos são necessários?

Deve esclarecer também que o projeto a ser executado pela escola, poderá buscar o engajamento de toda a comunidade local. Sugere-se então que seja encaminhado um documento às organizações sociais e autoridades municipais no sentido de que as medidas apontadas sejam realizadas em parceria.

4.2.2 Registrando as ideias

Durante a Conferência na Escola é importante eleger um relator ou relatora para anotar as opiniões e sugestões que surgirem e construir a memória do trabalho realizado. Isso pode ser importante para as ações de implementação do projeto, após a conferência. As ideias devem ser registradas para que a escola possa revê-las e utilizá-las quando achar necessário. Vale também, se possível, fazer o registro audiovisual com os recursos disponíveis.

4.2.3 Produção de documento a ser entregue às autoridades locais

Pode ser escalado um pequeno grupo de participantes da Conferência na Escola para redigir um documento a ser encaminhado às organizações sociais e autoridades locais, indicando as ações necessárias para que o município e o território adotem medidas de justiça climática. Esse documento pode ser esboçado e depois se dá a ele o formato final, a ser encaminhado para as autoridades pela direção da escola.

4.2.4 Eleição do delegado ou da delegada e suplente

A delegada ou o delegado escolhida/o poderá representar a escola e apresentar o projeto na Conferência Estadual ou Regional/Municipal (etapa opcional), caso sua escola seja selecionada.

A eleição deve ser conduzida de forma democrática, seguindo o princípio jovem escolhe jovem. Também durante a Conferência na Escola devem ser escolhidos os suplentes para substituir o titular no caso de haver algum problema que impeça sua participação nas etapas seguintes. A suplência deverá estar dentro dos **critérios** e igualmente comprometida.





CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DO DELEGADO OU DELEGADA

- I. Estar matriculado em uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental na escola que representará;
- II. Ter entre 11 e 14 anos na data da Conferência Nacional;
- III. Ter participado do processo da Conferência na Escola;
- IV. Ter interesse pela causa socioambiental;
- V. Comunicar-se com objetividade e nitidez.

Todos/as os/as estudantes têm o direito de participar e votar na escolha dos delegados ou delegadas, independente do ano que estão cursando no momento. Mas **somente um ou uma estudante de 11 a 14 anos, dos anos finais do ensino fundamental pode ser eleito ou eleita, devendo estar nesta faixa etária quando da participação na Conferência Nacional**. Essa regra garantirá que todos os delegados e delegadas possuam a mesma faixa etária na etapa nacional. Isso colabora para que os participantes dialoguem entre iguais.

As escolas indígenas, quilombolas, do campo, de educação especial e bilíngue que não atuam com os anos finais do Ensino Fundamental poderão participar por meio de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, desde que observem o critério de faixa etária (estudantes entre 11 e 14 anos) na Conferência Nacional.

4.1.5 Registro da Conferência na Escola

O registro de todas as informações sobre o processo da Conferência na Escola, incluindo os dados dos (as) delegados (as) e suplentes eleitos (as), deverá ser feito exclusivamente pela *Internet*, logo após a realização da etapa escolar, no site: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/educacaoambiental/>

Se a equipe da escola não conseguir fazer o registro por dificuldade de acesso à *internet*, recomenda-se que procure apoio junto à Secretaria de Educação ou outras instituições parceiras a fim de que possa providenciar o registro eletrônico.

IMPORTANTE:

Todas as escolas que realizarem a conferência devem fazer o registro no site <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijima/registre-sua-conferencia>

De olho no prazo!

A data limite para o registro da conferência na escola, no site da SEDU é dia 12 de maio de 2025 e o registro no site do MEC é dia 30 de maio de 2025. Após esse prazo, os sistemas de registros da conferência na escola serão fechados.





Escolas que ofertam apenas as outras etapas da educação (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Ensino Médio) podem realizar a Conferência. Entretanto, **não indicarão delegados(as)** para as etapas seguintes, mas terão a oportunidade de registrar seus projetos de ação no site da Conferência, no intuito de participar do processo educativo, compartilhar sua experiência e receber o certificado da Comissão Organização Nacional.

4.1.6 Seleção de integrantes da delegação para a Conferência Estadual

Realizadas as Conferências nas Escolas, a definição dos critérios para a priorização dos projetos que irão participar das próximas etapas da conferência é de responsabilidade da COE e consta no Regulamento Estadual disponível em <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/educacaoambiental/>

Dentre esses critérios, os organizadores estaduais deverão observar o equilíbrio de gênero (meninos e meninas) e buscar a representatividade geográfica do estado, entre meio rural e urbano, capital e interior, contemplar as diferentes redes de ensino e de diferentes raças e etnias.

O número de delegados e delegadas na Conferência Estadual será proporcional ao número de escolas de ensino fundamental dos anos finais em cada estado. Ver o Regulamento Estadual da conferência no site <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/educacaoambiental/>

5- DEPOIS DA CONFERÊNCIA NA ESCOLA

Após registrar o processo de realização da Conferência, todos os participantes precisam se unir para colocar em prática a ação assumida coletivamente e realizá-la. Esse é um bom momento para fortalecer a mobilização na escola e aproximar a comunidade escolar das questões discutidas e das decisões tomadas durante a Conferência na Escola. O conhecimento produzido coletivamente não deve ficar restrito a esse momento. Os participantes podem divulgar o que aprenderam e também as ações que se comprometeram a realizar.

O que é possível fazer, então?

- Arregaçar as mangas com um olho nos objetivos e o outro nos prazos, sabendo que a maneira de se trabalhar em grupo está baseada no respeito, na colaboração, na solidariedade e na certeza de que cada um pode trazer a sua contribuição.
- Continuar criando e difundindo, nos mais diferentes espaços, novos materiais de educação ambiental, agora para divulgar as decisões tomadas, as responsabilidades assumidas e as atividades que ocorrem na escola relacionadas à Educação Ambiental e à justiça climática.
- Implementar as ações do projeto da escola.
- Articular-se em rede com outras escolas para troca de experiências.
- Buscar parceiros para apoiar a continuidade das ações na escola.

Bom trabalho!





6- REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente*. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17455-conferencia-infanto-juvenil-pelo-meio-ambiente-novo>>. Acesso em 08 Mai. 2024.

_____. *Manual de educomunicação: apoio às atividades da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente*. Apresenta aspectos conceituais e metodológicos da educomunicação, aplicados ao contexto da Conferência. Disponível em:

<<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12704956/manual-de-educomunicacao-ii-conferencia-nacional-cdcc>>. Acesso em 08 Mai. 2024.

_____. *Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação*. Disponível em:

<https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/passo_a_passo_para_conferencia_de_meio_ambiente_na_escola_educomunicacao.pdf>. Acesso em 08 Mai. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CNRH nº 181/2016. Disponível em: <<https://agencia.baciaspci.org.br/docs/resolucoes/resolucao-cnrh-181-16.pdf>>. Acesso em 08 Mai. 2024.

_____. *Resolução CNE 02, de 15 de junho de 2012*. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Ambiental. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 08 Mai. 2024.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das águas)*. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em 08 Mai. 2024.

_____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 08 Mai. 2024.

_____. *Lei nº 12.187/2009 (Mudança do Clima)*. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em 08 Mai. 2024.

CASEMIRO, Poliana. 2023 deve ser o ano mais quente em 125 mil anos, diz observatório europeu. *Portal G1*, 08/11/2023. Disponível em: <

<<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/11/08/2023-deve-ser-o-ano-mais-quente-dos-ultimos-125-mil-anos-dizem-cientistas.ghtml>>. Acesso em 16 Fev. 2023.

EARTH CHARTER INTERNATIONAL. *A carta da Terra*. Disponível em: <

<[https://earthcharter.org/wp-content/assets/virtual-library2/images/uploads/pdf-ready\(portuguese\).pdf](https://earthcharter.org/wp-content/assets/virtual-library2/images/uploads/pdf-ready(portuguese).pdf)>. Acesso em 08 Mai. 2024.

IPCC. *Glossary*. WGII, 2022. Disponível em:

<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_Annex-II.pdf>. Acesso em 08 Mai. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Disponível em: <

<<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em 08 Mai. 2024.

TRATADO de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em 08 Mai. 2024.





7- ANEXO 1. REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO TEMÁTICO

Este documento contém alguns conteúdos e recursos metodológicos que poderão subsidiar a equipe encarregada de preparar a Conferência na Escola, em especial os/as profissionais da educação. Os materiais aqui aportados (textos, vídeos e podcasts) consideram a temática justiça climática em sua interação com as mudanças do clima, bem como em sua intersecção com equidade, diversidade e inclusão. Tais materiais podem também servir como contribuições à proposta de um Programa Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

O tema da justiça climática tem relação direta com as mudanças do clima, que afetam a toda humanidade e aos demais seres vivos, porém gera impactos diferenciados para cada segmento social, dependendo de sua raça, etnia, gênero, faixa etária, classe social, e características físicas e cognitivas. Tais segmentos estão mais ou menos expostos aos riscos climáticos e sujeitos a emergências e desastres conforme o lugar onde vivem, a infraestrutura de apoio de que dispõem, entre outros fatores.

7.1 Ponto de partida: um perfil das turmas de ensino fundamental II

Os anos finais do ensino fundamental se destinam a crianças que vivenciam a nem sempre fácil transição para a adolescência. Os últimos anos, em especial com a pandemia de Covid-19, tornaram este segmento estudantil ainda mais vulnerável. O confinamento forçado em casa, a falta de opções de socialização para além do convívio familiar impactaram negativamente essas crianças, principalmente aquelas que vivenciam situações de insegurança alimentar, insalubridade em suas condições de moradia e escassez de equipamentos sociais ao ar livre para o lazer.

Nesse sentido, algumas referências poderão situar os dilemas dessa faixa etária e facilitar o entendimento de suas vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais. Isso facilitará o trabalho de convocação e engajamento para a Conferência na Escola.

Esquecidos! Crise nos anos finais do ensino fundamental. Documentário do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (LEPES), com 1h32m de duração. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xt9bsLzo9dw>>. Acesso em: 19 Fev. 2024.

Segundo pesquisas, essa é a fase em que o desempenho dos/as estudantes se afasta das metas da educação básica. Por meio de uma série de entrevistas com profissionais da educação, estudantes e especialistas, a equipe do LEPES explora os aspectos políticos, pedagógicos, sociais e emocionais que configuram o cenário atual, questionando e chamando ao debate para este assunto tão relevante para a educação brasileira.

Inspirações - Transtorno do déficit de natureza: o que é isso? | Criança e Natureza.

Corte de uma entrevista do Instituto Alana com o jornalista e especialista em advocacy pela infância Richard Louv. Duração de 4 minutos, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UBa06WUZ7a4>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Em entrevista ao programa Criança e Natureza, Louv alerta para as consequências de manter as crianças sentadas e fechadas em ambientes escolares ou domésticos. Privadas do contato direto com a natureza e de seus benefícios, tanto para a saúde física quanto psíquica, as crianças podem apresentar sintomas do que Louv denomina como Transtorno do Déficit de Natureza. Algo que também atinge de forma crescente pessoas de outras faixas etárias.





O que é ansiedade climática? Entenda seus impactos. Vídeo produzido pelo canal Biojuris –Bioética e Biodireito, em dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Cv2GZ41f7Q&t=122s>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo define ansiedade climática ou ecoansiedade e a situa em relação à justiça climática e às atribuições do Estado brasileiro, previstos na Constituição de 1988, em relação ao cuidado com o meio ambiente e as pessoas. As vulnerabilidades e a perda de autonomia decorrentes demandam enfrentamento e possuem implicações em termos da ética e do direito. Na descrição do vídeo há também um conjunto de referências para quem quiser se aprofundar no tema.

7.2 Como abordar a questão climática na perspectiva da educação ambiental

Diretrizes de Educação Ambiental Climática. Rachel Trajber, Thaís Brianezi e Semíramis Biasoli (Orgs.). FunBea, 2023. Publicação pode ser baixada em formato pdf. Disponível em: <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_EA-na-EC_DiretrizesEducacao_AmbientalClimatica.pdf>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Com base em ampla pesquisa bibliográfica e em consulta pública, esta publicação contém 10 diretrizes que poderão orientar o enfrentamento das emergências climáticas na perspectiva de uma educação ambiental transformadora.

Carta da Terra. Texto em pdf disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8071-carta-da-terra.html>>. Acesso em 19 Fev. 2023.

Documento produzido coletivamente que contém um conjunto de princípios e diretrizes para a comunidade terrestre que aspira a um futuro comum de paz e prosperidade, com respeito a todas as formas de vida. Trata-se de uma referência para educadores e educadoras ambientais.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Documento em formato pdf disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Outra grande referência para a educação ambiental, o Tratado foi produzido por educadoras e educadores ambientais durante a Conferência Rio'92 sobre meio ambiente e desenvolvimento. Contém um elenco de princípios e elementos de um plano de ação para conduzir a humanidade à sustentabilidade.

Transformando o mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Documentos das Nações Unidas em formato pdf disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Trata-se de um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, a ser





empreendido até 2030. É composto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujas metas estão interligadas. Dentre estes, os ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e o ODS 13 (Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos) possuem relação direta com o tema da VI CNIJMA.

7.3 Sobre os conceitos de mudanças climáticas e justiça climática

7.3.1 Mudança do Clima

10 anos para transformar o futuro da humanidade ou desestabilizar o planeta – Johan Rockstrom. Apresentação de TED, ocorrida em 2020, com duração de 7 minutos e disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/10-anos-para-transformar-o-futuro-da-humanidade-o-u-desestabilizar-o-planeta-johan-rockstrom/>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Em palestra apoiada por meio de animações sobre a crise climática, o pesquisador Johan Rockstrom mostra como nove dos 15 grandes sistemas biofísicos que regulam o clima estão em risco de atingir pontos críticos. Isso poderia tornar a Terra inabitável para a humanidade. O vídeo apresenta também um plano para colocar o planeta de volta no caminho da sustentabilidade.

O que muda com as mudanças do clima? Vídeo com duração de 7 minutos, disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/o-que-muda-com-as-mudancas-do-clima/>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Animação *stop motion* que apresenta algumas das principais consequências socioambientais das mudanças do clima. O vídeo foi produzido por cinco escolas municipais do Rio de Janeiro, como parte do Projeto Meninas e Mulheres na Redução de Riscos de Desastres.

Novos temas em emergência climática para os ensinamentos fundamental e médio.

Edson Grandisoli *et al.* (Orgs.). IEE USP, 2021. É possível baixar a publicação em formato pdf. Disponível em:

<<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/711>>.

Acesso em 19 Fev. 2024.

Esta coletânea de artigos descreve aspectos que devem ser abordados na questão climática e que muitas vezes são pouco enfatizados nas escolas. Uma delas é a importância dos jovens e das crianças, tanto pela alta vulnerabilidade que apresentam frente às mudanças do clima como também pela necessidade de terem voz na tomada de decisões sobre o assunto.

Frear crise climática é urgente! #ClimaSemFake entrevista Prof. Paulo Artaxo, do IPCC. Entrevista com 20 minutos de duração, realizada em 2022 e disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/frear-crise-climatica-e-urgente-climasemfake-entrevista-prof-paulo-artaxo-do-ipcc/>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

O pesquisador Paulo Artaxo aborda as conclusões do 6º Relatório de Avaliações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, lançado em fevereiro de 2022. O pesquisador fala sobre como a crise climática afeta o Brasil e o mundo. O que vai





acontecer com as nossas praias, com o Nordeste e com a Amazônia? Qual o recado da ciência para os políticos e os eleitores?

“As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas”. Artigo publicado na revista **Estudos Avançados [31 (100) 2020]**. É possível baixar a publicação em formato pdf. Disponível em: <<https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/as-tres-emergencias-que-nossa-sociedade-enfrenta-saude-biodiversidade-e-mudancas-climaticas/>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Este artigo do pesquisador Paulo Artaxo busca estabelecer as conexões entre as crises de três dimensões que nos afetam diretamente: a crise climática, a perda da biodiversidade e a crise na saúde.

Conheça o #ClimaSemFake | Programa de Entrevistas do ClimaInfo. Vídeo do canal ClimaInfo, com 1 minuto de duração, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qj21Y7291L0&list=PLf9aLTW6hzi3oJBErOPfmn3yWwvJdq1Eq>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo dá acesso a uma *playlist* com dezenas de pequenas entrevistas, com cerca de 10 minutos de duração, sobre temas relacionados às mudanças do clima e justiça climática em diferentes perspectivas, sempre com base em dados científicos e uma apurada curadoria.

7.3.2 Justiça Climática

AGU explica – Justiça climática. Vídeo de 2:23 minutos, produzido pelo canal da Advocacia Geral da União, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GD-5_bEoJc&t=29s>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo traz uma explicação simples e concisa sobre justiça climática e pode ser o ponto de partida para pesquisas que aprofundem esta temática com base na realidade local de cada comunidade escolar.

Glossário de Justiça Climática. Andrea Echeverri *et al.* (Orgs.). Plataforma Latino-Americana e do Caribe para a Justiça Climática, junho 2022. É possível baixar a publicação em formato pdf. Disponível em: <<https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/glossario-de-justica-climatica/>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Para os organizadores desta obra, há uma retórica em torno das mudanças climáticas, baseada em termos técnicos, que afasta quem não conhece a narrativa científica ou os cenários de negociação internacional. Por isso, essa publicação busca desmistificar os termos e mostrar que por trás deles se escondem falsas soluções, engendradas por empresas e pelo Estado para perpetuar a opressão. Contrapõe a esse discurso as práticas dos movimentos sociais ao redor do mundo e as soluções que estes propõem para avançar na construção coletiva da esperança.





A dupla moral dos países ricos no debate climático – DW Brasil. Vídeo com 10 minutos de duração disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GPanEwLSFG4&t=32s>. Acesso em 22 Fev. 2024.

É justo que os países mais ricos sigam poluindo mais que nações mais pobres e a conta acabe chegando a todos os cantos do planeta? Esse é um debate central nas relações internacionais vinculadas às mudanças do clima. De forma bastante didática esta reportagem mostra os erros históricos que nos trouxeram à crise climática de agora – e o que pode ser feito para resolver o problema nos próximos anos.

Quem precisa de justiça climática no Brasil? Andréia Coutinho Louback; Letícia Maria R. T.Lima (Orgs.). GT de Gênero e Justiça Climática, do Observatório do Clima, Hivos, 2022. É possível baixar a publicação em formato pdf. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Esta publicação é fruto de trabalho realizado pelo grupo de trabalho de Gênero do Observatório do Clima. Registra as perspectivas de lideranças femininas indígenas, negras, quilombolas, periféricas, pesqueiras e rurais, que vivenciam os desafios da questão climática em seu cotidiano.

7.4 Sobre os eixos temáticos abordados pela VI CNIJMA

7.4.1 Territórios Saudáveis

A biodiversidade é importante? Átila Iamarino. Vídeo com 19 minutos de duração, produzido por este biólogo e pesquisador brasileiro, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ctknqxY49hM>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Vídeo produzido a partir de extensa pesquisa bibliográfica (disponível na descrição do vídeo), que explica o que é biodiversidade, sua importância e como esta se comporta devido à intervenção humana sobre o ambiente. Trata da extinção das espécies, especialmente em função das mudanças do clima.

O clima e a biodiversidade. Agência Sapiens. Vídeo do canal do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) com 19:43 minutos de duração. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XNY8UyKfTJg&t=442s>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo da Série Clima, trata de como as mudanças climáticas interferem no ambiente natural, nas relações humanas, nas dinâmicas das cidades, no nível dos oceanos ou nos modelos de produção de alimentos e de energia. Esta série aborda as pesquisas de cientistas do INCT que investigam estratégias para lidar com as profundas transformações provocadas pelo clima na vida dos brasileiros.

O Dia Mundial Pelo Fim do Especismo celebra o respeito às outras espécies. Vídeo do canal da União Planetária com 2 minutos de duração. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ETfVWhnJIVc>. Acesso em 22 Fev. 2024.





O termo especismo foi criado pelo psicólogo Richard Ryder em 1973 para denunciar a desvalorização das demais espécies vivas, no intuito de usá-las para consumo humano, bem como para entretenimento, transporte ou trabalho forçado. Trata-se de um movimento crescente na sociedade a busca de tratamento adequado, especialmente para os animais.

Flecha 7 – A fera e a esfera. Vídeo com 9 minutos de duração, produzido pelo canal *Selvagem, ciclo de estudos sobre a vida* e narrado por Ailton Krenak.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=OZ92ernZsKk&list=PLYysvnBmz4S32JaJupR9X815Kp5OkK3YE&index=1&t=10s>>. Acesso em 22

Este vídeo integra a playlist *Flecha Selvagem*, com sete episódios, que representa um manifesto indígena sobre o sistema vivo chamado Terra. Trata a biodiversidade com outro olhar. Em sua narrativa, Krenak defende que destruir o planeta “por cegueira e ganância, é suicídio coletivo, provocado por alguns humanos. É fundamental a transformação cognitiva do desejo capitalista decomo estar no mundo, permitir que a floresta se reinfiltre em nossos sentidos”.

Preservação é saúde. Por que é tão importante preservar a nossa biodiversidade – Dráuzio Varella. Vídeo com duração de 8 minutos disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=aGYpyvYNkyE>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Índigenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais dependem quase que exclusivamente da natureza para a sua subsistência. Com o avanço do desmatamento e chegada do novo coronavírus, a saúde e o bem-estar desses povos está ameaçada.

O Clima e a Segurança Alimentar. Vídeo de 17 minutos produzido pela Agência Sapiens, do INCT. Disponível em:

<<https://www.youtbe.com/watch?v=jCbI6Dj0rCY&t=19s>>. Acesso em 22Fev. 2024.

Diversos especialistas refletem sobre as demandas mundiais por alimentos e os impactos das mudanças do clima sobre a segurança alimentar, considerando o agronegócio e a agricultura familiar. Apontam saídas para a adaptação às profundas transformações provocadas pelo clima na vida dos brasileiros, considerando a necessária diminuição das emissões de CO₂.

Agricultores transformam deserto em floresta no Semiárido brasileiro. Vídeo da BBC NewsBrasil com 9 minutos de duração. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=MgknRntBFYo&t=34s>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo retrata o trabalho do agricultor austríaco Ernst Gotsch no município Poções, na Bahia, e também na região do semiárido sobre a regeneração dos ecossistemas pela agricultura.

Trata-se de um exemplo da chamada agricultura sintrópica ou regenerativa, que recupera solos, faz rebrotar fontes de água e produz grande diversidade de alimentos.





Sustentarea. Portal criado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária da USP, disponível em: <<https://www.fsp.usp.br/sustentarea/>>. Acesso em 20 Fev. 2024.

Este portal da USP tem o objetivo de informar e discutir alimentação saudável e sustentável. Visa à promoção de mudanças positivas nos hábitos alimentares e de vida das pessoas e instituições visando melhorar a saúde da população e do planeta. Nele é possível ter contato com livros digitais, podcast, revista, blog, revista e eventos científicos sobre alimentação e sustentabilidade, bem como diversos projetos em andamento sobre a temática no Brasil e no mundo.

Manifesto Sustentarea – Para Sistemas Alimentares Sustentáveis. Aline Martins Carvalho *et al.* (Orgs.). Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária da USP. 2023. Versão em formato pdf disponível em:

<<https://www.fsp.usp.br/sustentarea/wp-content/uploads/2023/10/Manifesto-Sustentarea-2-ed.pdf>

>. Acesso em 20 Fev. 2023.

Este documento busca esclarecer e apontar caminhos para o enfrentamento da fome, da obesidade, das doenças crônicas não transmissíveis e das mudanças climáticas a partir da discussão do sistema alimentar vigente em nossas sociedades.

Doces Nascentes Capixabas - Programa Olhos D'Água. Vídeo produzido pelo Instituto Terraem parceria com a EDP Brasil com 9 minutos de duração. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cE7-y2-svg4>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

O vídeo retrata as ações do Programa Olhos D'Água, que desde 2014 tem recuperado nascentes da Bacia do Rio Doce. Trata-se de um amplo processo de restauração envolvendo milhares de produtores rurais no estado do Espírito Santo. Vale salientar que o canal do Instituto Terra no Youtube dispõe de muitos outros vídeos sobre restauração florestal, recuperação da biodiversidade e das águas.

A Água e as Mudanças Climáticas. Vídeo com 2 minutos de duração disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=vEOBmZBBLbw&t=7s>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Vídeo educativo da Agência Nacional de Águas sobre a influência das mudanças climáticas na gestão de recursos hídricos.

Aprenda a cuidar das águas do Brasil [gravação de vídeo]: série de 13 animações sobre gestão das águas no país. Disponível em:

<https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/62046>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Série de dez animações da Agência Nacional de Águas que explica os conceitos básicos para quem quer participar da gestão das águas e exercer seu poder de cidadão.





Akauana: um jogo de conexão com as águas. ANA, 2023. A versão em formato pdf está disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/98743. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este jogo se caracteriza como uma jornada investigativa, que propõe desafios e atividades colaborativos sobre as águas da bacia hidrográfica onde os jogadores estiverem inseridos. As fases do jogo são conduzidas por meio de uma narrativa desencadeadora das ações, envolvendo atividades individuais e coletivas voltadas à aprendizagem e o fortalecimento de vínculos entre estudantes, suas comunidades e comitês de bacias na gestão das águas.

Aquecimento global: as doenças que podem aumentar no Brasil com as mudanças climáticas. Vídeo com 7 minutos de duração da BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QwM0HapNKNY>. Acesso em 20 Fev. 2024.

Com as mudanças climáticas novas doenças devem aparecer, com mais patógenos em circulação. E outros males que já existem atualmente estão registrando alta nos casos: as doenças transmitidas por mosquitos. Neste vídeo, o repórter João Fellet, da BBC News Brasil, explica como as mudanças climáticas afetarão a nossa saúde e o nosso sistema imunológico.

Episódio 5: Saúde, Poluição e Mudanças Climáticas. Vídeo com 10 minutos de duração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=psbQUk_GrWY&t=43s. Acesso em 22 Fev. 2024.

O último episódio da série *Mudanças Climáticas no Brasil* do canal da Fapesp traz os impactos dos eventos extremos, poluição do ar proveniente da fumaça de indústrias e automóveis e queimadas de florestas na saúde.

O Brasil terá cidades inabitáveis por causa do calor? Vídeo da DW Brasil com 12 minutos de duração, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UM9PVk-olVc>. Acesso em 22 Fev. 2024.

A humanidade está rumo a uma espécie de epidemia de calor extremo. Essa é a conclusão de um estudo recente da ONG CarbonPlan em parceria com o jornal americano The Washington Post. Segundo os pesquisadores, algumas cidades brasileiras terão centros urbanos mais quentes do planeta a partir de 2050. Sinal de que a sociedade humana pode estar diante de “um de seus maiores desafios”.

O clima e a segurança energética – Agência Sapiens. Vídeo da Série Clima do INCT com 16 minutos de duração, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdQIBSF64lo>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo aborda as necessidades energéticas do Brasil, sua relação com as





mudanças climáticas, especialmente as fontes fósseis e hídricas, e as opções existentes para a geração de energia limpa, com menos impactos socioambientais no Brasil.

7.4.2 Territórios Que Protegem

O Clima e os desastres naturais. Agência Sapiens. Vídeo com duração de 14 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=99qjOF1mCeM>>. Acesso em 19 Fev. 2024.

Aborda as pesquisas de cientistas do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) para Mudanças Climáticas que investigam estratégias para lidar com o aumento dos desastres devido às mudanças do clima.

Tempo Quente. Este podcast da Rádio Novelo é realizado com recursos do Instituto Clima e Sociedade e Samambaia Filantropias. Os diversos episódios envolvendo a questão climática estão disponíveis em:

<<https://radionovelo.com.br/originais/tempoquente/>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Com episódios disponíveis em plataformas de streaming como o Spotify e o Apple Podcasts, o “Tempo Quente” aborda questões como as mudanças no clima do Ártico, as secas na Amazônia, os incêndios florestais na Austrália e as enchentes na Índia, entre outros tópicos relacionados às emergências climáticas.

Só escombros. Podcast da UOL Prime, apresentado por José Roberto de Toledo, com duração de 24 minutos, disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/01/so-escombros-ouca-em-podcast-como-a-crise-climatica-destruiu-uma-cidade.htm>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este episódio tem como base a reportagem “Desastres batem recorde, mas verba para Defesa Civil é a menor em 14 anos” da repórter Camille Lichotti. Detalha a visita da repórter à cidade de Muçum (RS), que se tornou símbolo da crise climática no Brasil.

Educação em clima de riscos de desastres. Programa Cemaden Educação, 2023. Versão em pdf disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/educacao-em-clima-de-riscos-de-desastres-2/>>. Acesso em 19 Fev. 2023.

Essa publicação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) direciona-se às escolas e reúne marcos conceituais sobre desastres relacionados com a justiça climática, bem como as políticas públicas existentes para prevenção de riscos de desastres.





Vídeo – O caminho se faz caminhando: construção da percepção dos riscos climáticos a partir do conteúdo de climatologia em sala de aula – Nova Iguaçu/RJ.

Vídeo com 1 minuto de duração, realizado pelos/as estudantes do Colégio Estadual Maria Justiniano Fernandes.

Disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/acao/o-caminho-se-faz-caminhando-construcao-da-percepcao-dos-riscos-climaticos-a-partir-do-conteudo-de-climatologia-em-sala-de-aula-nova-iguacu-rj/>>.

Acesso em 22 Fev. 2024.

Exemplo de atividade de educomunicação, envolvendo a comunidade escolar, para alertar para os principais relacionados aos riscos de desastres, como percebê-los e o que fazer em caso de situações de desastres.

Cemaden Educação. Este portal do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais está disponível em: <<https://educacao.cemaden.gov.br/>>.

Acesso em 22 Fev. 2024.

Este portal foi criado especialmente para as escolas e contém diversos tipos de conteúdo: notícias, repositório de produtos educacionais, campanhas educativas, jogos e aplicativos para sensibilizar estudantes e comunidades escolares para a necessária percepção de riscos de desastres, bem como formas de prevenir e se proteger de eventos climáticos extremos.

Jornadas pedagógicas Cemaden Educação. Conheça mais em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/jornadas/>>. Acesso em 12 Jan. 2024.

Há uma área específica do Cemaden Educação que funciona como uma rede de escolas que atuam em projetos de Educação em Redução de Riscos de Desastres. Para fazer parte dessa rede, é possível cadastrar sua instituição e suas atividades desenvolvidas no link acima.

Soluções baseadas na natureza: exemplos implementados por cidades brasileiras.

Henrique Evers et al. 31/10/2022. WRI Brasil, disponível em: <

<https://www.wribrasil.org.br/noticias/solucoes-baseadas-na-natureza-exemplos-implementados-por-cidades-brasileiras>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este artigo publicado no site da WRI Brasil discorre sobre o significado do termo soluções baseadas na natureza (SBN) e o exemplifica com diversas iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas que estão ocorrendo nas capitais brasileiras.

Contribuições das soluções baseadas na natureza para a gestão municipal. Jomary Mauricia Leite Serra, CNM, 2023. Publicação em formato pdf disponível em:

<https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Livros/2023_LIV_MAMB_Contribuicoes_Solucoes_Baseadas_Natureza.pdf>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Esta cartilha editada pela Confederação Nacional dos Municípios apresenta algumas soluções baseadas na natureza aplicáveis às cidades. Ao mesmo tempo em que recuperam áreas degradadas, as SBN propostas buscam tornar os sistemas urbanos mais resilientes às





mudanças climáticas, com uma relação custo-efetividade.

O que são cidades resilientes? Vídeo de 5 minutos do canal de Izabele Colusso, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8joCIIUA5Yk&t=14s>>.

Acesso em 22 Fev. 2024.

Este vídeo explica o conceito de 'cidades resilientes' e mostra alguns exemplos de como se dá a adaptação do meio urbano aos desafios das mudanças climáticas e as situações adversas que advêm dessa nova realidade. Isso depende de uma cidadania ativa e de políticas públicas municipais efetivas.

Justiça climática e infraestruturas urbanas: reflexões e propostas para a cidade que queremos. Publicação organizada pelo Instituto Pólis, disponível em

formato pdf em:

<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/07/CADERNO_JUSTICA_CLIMATICA.pdf>.

Acesso em 22 Fev. 2024.

Publicação produzida pelo curso 'Justiça climática e infraestruturas urbanas', em parceria com a Escola de Cidadania do Instituto Pólis. O curso é produto das reflexões e trocas de saberes sobre as cidades frente às mudanças climáticas. Também foram discutidas alternativas para a construção de cidades mais justas, equitativas, plurais e sustentáveis.

Guia para Justiça Climática: Tecnologias sociais e ancestrais de enfrentamento ao racismo ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

Associação Casa Fluminense, 2023. É possível baixar a publicação em formato pdf.

Disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/guia-para-justica-climatica/>>. Acesso em

19 Fev. 2024.

Esta publicação busca sistematizar práticas, soluções e tecnologias sociais e ancestrais desenvolvidas nos bairros, favelas e periferias do Rio de Janeiro no enfrentamento aos desastres climáticos. Trata de estratégias de adaptação e/ou mitigação dos impactos ambientais sofridos por quem menos contribui para as mudanças climáticas.

Plataforma AdaptaBrasil. Desenvolvida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), disponível em:

< <https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Esta plataforma consolida e oferece informações sobre mudanças climáticas para apoiar a decisão sobre planejamento de medidas de adaptação em diferentes setores como recursos hídricos, segurança energética, segurança alimentar, infraestrutura, saúde e desastres. Por meio de um mapa interativo é possível visualizar a situação de todos os municípios brasileiros em relação a esses temas. Com base nessas informações é possível identificar problemas e buscar soluções baseadas nas premissas da sustentabilidade.





Racismo ambiental – Entenda essa luta. Vídeo do Canal Preto com 6 minutos de duração, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RcW865uK1L8&t=24s>>. Acesso em 22 Fev.2024.

Racismo Ambiental – Brasil Escola. Vídeo com duração de 10 minutos disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YVRkMDZpscc&t=13s>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

7.4.3 Territórios de Paz

Discussão conceitual sobre as mudanças climáticas em intersecção com as questões de raça e vulnerabilidade sociocultural. As consequências econômicas atingem as populações vulneráveis de modos diversos, inclusive as populações negras e indígenas.

Racismo ambiental e justiça climática. Vídeo de 47 minutos do canal do biólogo Paulo Jubilut, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=z3VRgmBrfAw&t=112s>>. Acesso em 22 Fev.2024.

Debate sobre os resultados da COP 26 a partir do olhar da juventude. Participaram a líder indígena Txai Suruí, fundadora do "Movimento da Juventude Indígena de Rondônia"; Amanda Costa, jovem de 23 anos criadora do canal digital "Perifa Sustentável", e Marcelo Rocha, fotógrafo e diretor-executivo do Instituto Ayika, uma organização que desenvolve projetos na área de educação ambiental.

Racismo ambiental - Entenda essa luta. Vídeo do Canal Preto com 6 minutos de duração, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RcW865uK1L8&t=24s>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Marcos Souza, professor de Geografia do ensino fundamental, explica a relação entre racismo e meio ambiente. Mostra como o meio em que vivemos, a qualidade do espaço, os recursos disponíveis, os direitos garantidos relacionam-se com a raça predominante.

O que é justiça climática e como ela afeta pessoas com deficiência. Vídeo do Canal Reload com 2 minutos, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ICIF4d6BvLU&t=44s>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

A diversidade precisa ser pensada a partir das múltiplas condições físicas e mentais das pessoas. Principalmente quando se trata de garantir a justiça climática é necessário refletir sobre o impacto dos desastres para pessoas com deficiência, e como essas pessoas precisam ser incluídas na discussão para a melhoria da vida no planeta.

Refugiados Climáticos - Um desafio sem fronteiras. Vídeo com 21 minutos de duração do canal Boa Vontade TV, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4gg1xhO4rXo>>. Acesso em 22 Fev. 2024.

Este documentário estabelece a conexão entre as mudanças climáticas e o aumento das migrações forçadas, gerando o conceito de refugiados ambientais.

Impulsionando a ação climática a partir dos direitos humanos: sumário executivo. Publicação da Conectas Direitos Humanos disponível em formato pdf em: < <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/10/cartilha-climatico-08.pdf>>. Acesso em 22 Fev. 2024.





Este texto apresenta um plano de ação com oito medidas para contribuir com o enfrentamento da crise climática no contexto brasileiro. Por meio de uma abordagem que integra direitos humanos socioambientais, à luz da justiça climática, visa combater o racismo ambiental e garantir a democracia.

Mudanças Climáticas e Adolescentes. Curso on-line do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com 10 horas de duração, disponível na plataforma:

Este curso tem por objetivo apoiar as juventudes na compreensão sobre as mudanças climáticas com vistas a criar engajamento para lidar com esse desafio. O papel de adolescentes e jovens é fundamental para lidar com as especificidades e desafios de seus territórios.

7.5 Referências metodológicas

A justiça climática, considerando o ambiente das escolas públicas brasileiras, não deve ser tratada de forma abstrata, genérica. Mas, sim, precisa considerar a territorialidade da comunidade escolar, as particularidades que tornam determinados segmentos mais vulneráveis que outros às injustiças sociais, que se convertem também em injustiças ambientais. Neste sentido, a abordagem metodológica precisa considerar o saber e o agir, mas também o pertencer para transformar as condições em que esta comunidade escolar está instalada.

Neste documento, portanto, além de buscar a conceituação dos temas expostos e de buscar materiais de referência que poderão orientar o trabalho de preparação da Conferência nas escolas e em âmbitos municipais e estaduais, será necessário também propor metodologias que estimulem o saber e ativem o senso de pertencimento de estudantes e profissionais de educação a suas comunidades. Com base nesse pertencimento, a comunidade escolar deverá buscar formas de identificar problemas e agir para transformar as condições atuais, considerando os dois flancos em que as mudanças do clima precisam ser enfrentadas: a adaptação (que requer ações individuais e coletivas) e a mitigação (que depende de políticas públicas para serem implementadas).

Para facilitar esse caminho, o Programa Cemaden Educação desenvolveu as chamadas Jornadas Pedagógicas. Jornadas Pedagógicas são caminhos formativos de aprendizagem sobre Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD). Elas se constituem em um movimento de interação entre conhecimentos científicos e os saberes das comunidades, que se entende como Ciência Cidadã.

Cada Jornada é formada por um *cardápio* de atividades direcionadas que podem ser desenvolvidas de forma independente, sem sequência e duração pré-estabelecidas. Todas adotam abordagens participativas, dialógicas e de construção coletiva, como por exemplo, estudo de caso, mapeamentos, visitas monitoradas, coleta de narrativas, entre outras. Para facilitar a aplicação, o conjunto de atividades de cada Jornada Pedagógica está organizado em três níveis de aprofundamento.

Dentre essas atividades, destacam-se a História Oral e a Cartografia Social, como aquelas que mais se alinham com a proposta definida no Passo a Passo da Conferência na Escola.

História oral – Com base na coleta de narrativas e testemunhos, em especial daquelas pessoas que possuem maior vivência na comunidade, é possível às/aos estudantes realizarem uma prospecção do estado atual e de como era a comunidade há alguns anos em relação aos temas pesquisados. Trata-se de uma atividade que permite criar um painel com diversas experiências, visões e percepções, preservando a memória individual e coletiva das





mudanças ocorridas. Esse levantamento pode ser feito por meio de registros fotográficos, em vídeo, em áudio, entre outros. O passo a passo para realizar essa atividade está disponível em

<<https://educacao.cemaden.gov.br/jornada/historia-oral-memoria-e-percepcao-das-mudancas-no-clima/>>. Acesso em 12 Jan. 2024.

Cartografia Social – Trata-se de uma metodologia participativa que utiliza as bases cartográficas (mapas, imagens de satélite, cartas, croquis) no registro de vivências e percepções das pessoas a respeito do lugar onde vivem. Por meio de visitas aos locais afetados por uma condição socioambiental específica torna-se possível construir mapas participativos. Isso favorece o diálogo entre as e incentiva a reflexão das potencialidades e das fragilidades existentes. O passo a passo para realizar essa atividade está disponível em:

<<https://educacao.cemaden.gov.br/jornada/cartografia-social-espacializando-os-riscos-socioambientais/>>. Acesso em 12 Jan. 2024.

